

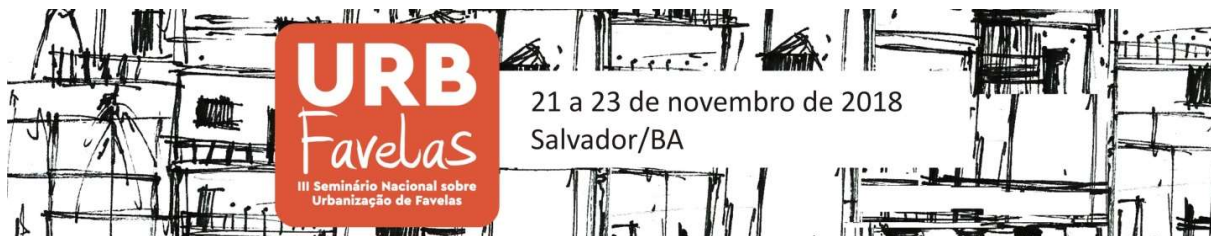


III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS
Salvador - BA - Brasil

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO: UMA REFLEXÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E UM MELHOR HABITAT

José Roberto de Oliveira (Universidade Estácio de Sá) - oliveira.jose@estacio.br
Professor da Universidade Estácio de Sá e Doutorando pelo PPGAU-UFF

Gerônimo Emílio Almeida Leitão (UFF) - geronimo_leitao@uol.com.br
Professor da Escola de Arquitetura e Urbanismo - UFF



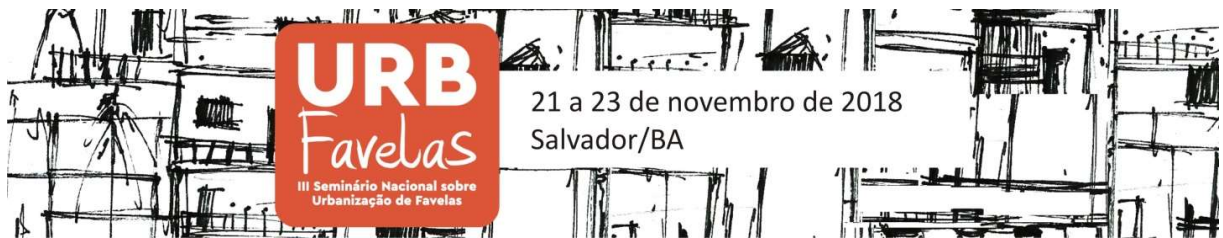
NEM TUDO QUE RELUZ É OURO: UMA REFLEXÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E UM MELHOR HABITAT

RESUMO:

As questões envolvendo renda estarão sempre no foco das atenções quando falamos sobre melhoria nas condições de vida bem como o papel que ela assume frente as dificuldades em políticas que distribuam melhor a riqueza produzida pelo País. Contudo, neste artigo, lançaremos questões sobre a importância do papel da renda, quando analisado de forma isolada e descontextualizada, bem como uma breve análise sobre o papel desenvolvido pelas ditas classes e o surgimento de uma “Nova Classe Média e o seu reatamento nas Políticas Públicas Sociais atuais. O novo desenho da pirâmide social brasileira que ganha novos contornos a partir deste deslocamento de estratos localizados mais abaixo, para melhores posições sociais seria capaz de oferecer uma melhora nas condições de habitabilidade nos assentamentos informais das nossas cidades? O presente artigo tem por objetivo analisar em que medida o incremento da renda familiar observado no País entre os anos de 2004 à 2014, além de possibilitar o consumo de bens duráveis e não duráveis seria também capaz de contribuir para uma melhora na qualidade das moradias que é autoproduzida nos assentamentos informais.

Palavras-chave: Nova classe média. Renda. Assentamentos informais.

ST – “1”: “Projeto, Processo, Superação de limitações”



1 INTRODUÇÃO

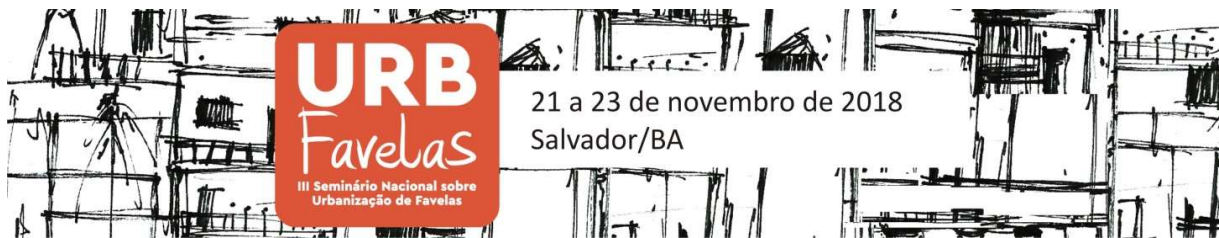
Em um primeiro momento procuraremos descrever brevemente as definições de classe média e sua evolução no país e de como, a partir desta evolução se deu o termo “nova Classe Média” e em que momento ocorre esta transformação, apresentando pesquisas que oferecem suporte para analisarmos este incremento de renda e os efeitos que ele produziu principalmente em países de economia periférica como o Brasil. Em um segundo momento, a partir de diversos dados e recentes pesquisas, procuramos caracterizar o surgimento da chamada “Nova Classe Média” no Brasil – e as consequências dessa emergência –, para finalmente, estabelecermos as relações entre a elevação da renda das famílias que vivem nos assentamentos informais, na cidade do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 2004 e 2014, e os impactos gerados nas condições de habitabilidade das moradias desses assentamentos.

2 AS DEFINIÇÕES DE CLASSE MÉDIA

De uma forma simplificada e preliminar, podemos destacar uma transformação nos conceitos de classe de modo a tentar compreender um pouco melhor a emergência de uma chamada Nova Classe Média (NERI, 2011).

Na perspectiva marxista, as classes podem ser definidas pelas relações de produção. Dessa forma, nas sociedades de base capitalista, haverá sempre uma classe dominante, que detém o domínio dos meios de produção e outra classe detém apenas a sua força de trabalho. Segundo essa visão, considerava-se a existência de uma “consciência de classe”, que seria forjada tendo como base a compreensão de que aqueles que vendiam a sua força de trabalho tinham plena consciência da classe à qual pertenciam e, desta forma, buscavam lutar pela transformação nas relações antagônicas existentes entre capital e trabalho, de modo a transformar radicalmente a estrutura vigente de poder.

Outra perspectiva, que possui um caráter complementar à descrita anteriormente, surge com o advento da modernidade: Para WEBER (2004), as Classes Sociais eram entendidas como estratos sociais. Ou seja, a estratificação era estabelecida de acordo com patamares sociais

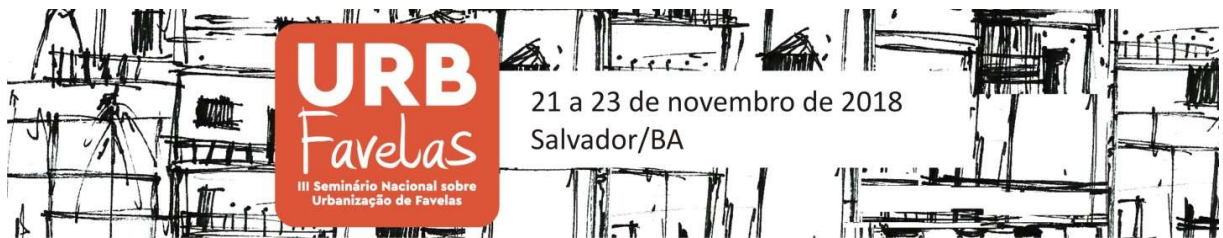


(poder, prestígio e etc.). Os diferentes estratos são percebidos através de grupos ou agrupamentos de indivíduos com características próximas ou semelhantes, porém distintas, tais como, por exemplo, católicos e protestantes. Há que considerar, por último, que as definições de classe são estabelecidas, inevitavelmente, a partir de contextos econômicos e estes por sua vez, produzem impactos que irão incidir de forma diversa sobre diferentes camadas (aqui, uma caracterização simplista para explicitar as diferentes texturas da sociedade).

3 A “NOVA CLASSE MÉDIA” NO BRASIL

No Brasil, diferentemente de outros países capitalistas centrais, o surgimento e o desenvolvimento da classe média se deu de forma incompleta. PRADO (1942) e, posteriormente, POCHMANN (2006) afirmam que, no período colonial, não havia uma classe média brasileira. Devido à escravidão, uma massa considerável de escravos que, apesar de numerosos, tinham suas atividades laborais voltadas ao mercado externo, restando ao mercado interno de consumo uma parcela reduzida da população, que pudesse vir a constituir esse tipo de classe.

O País somente viria a possuir uma classe média, de fato, a partir de 1930, devido à industrialização tardia, mas, com a aceleração desse processo e com o crescimento das cidades, esboçava-se, nessa época o primeiro perfil de uma classe média, enquanto estrato social, parcela de uma sociedade, que passa a integrar os novos setores econômicos do país. Após a década de 1930, com a expansão dos serviços estatais e graças à uma agenda industrial desenvolvimentista, toma corpo um sentido de classe. E no período entre as décadas de 1950 e 1960, com o governo Juscelino Kubitschek, que promove a vinda de grandes empresas multinacionais, o mercado de trabalho abrirá novas frentes de ocupação, fazendo com que a classe média assuma um protagonismo central no desenvolvimento socioeconômico. Essa fase iria, de certa forma, até meados da década de 1980, que, dentro de um contexto de ideologias neoliberais aplicadas em escala global, fará com que a classe média, se reajuste frente às novas exigências já citadas anteriormente. Essas transformações produziram um novo perfil de classe média, onde o antigo trabalhador assalariado dá lugar ao consultor, ao microempreendedor, aos profissionais autônomos, ao trabalho na forma de pessoas jurídicas – apenas para citar alguns exemplos. Dados dão conta de que em 1980, 2/3 da classe média brasileira encontrava-se



ocupada e assalariada, contudo, nos anos 2000 essa proporção diminuiu para 3/5 (POCHMANN, 2006). Dessa forma, o protagonismo de décadas anteriores, foi sendo reduzido e a classe média não desempenhava mais o papel principal neste processo. Ainda na década de 1990, estudos buscavam um melhor entendimento do que seria a classe média brasileira. Nesse sentido, a definição de classe média ganharia novos contornos a partir de pesquisas (FRANÇA, 1994) que tomavam por base a categoria dos funcionários públicos. Ainda segundo essa pesquisa, a mudança nesta classificação existia a partir do momento em que estes não se enquadravam no que se poderia denominar de burgueses, proprietários privados, capitalistas e, também, não eram operários. Desta forma, ao analisar a pesquisa de Mils sobre os Colarinhos Brancos FRANÇA afirma:

Essencialmente o critério para delimitar uma situação de Classe Média é o tipo de emprego. A análise mostra como as diferentes ocupações (que são também fontes de renda) implicam diversos níveis de especializações e funções que, por sua vez, articulam graus diferenciados de prestígio e poder. (FRANÇA, 1994, p. 45).

A partir de 2001, o Brasil passa a integrar o grupo econômico denominado de BRICS¹ (sigla em Inglês que significa “tijolo” - e que empresta a primeira letra do nome dos cinco grandes países que a compõem. “B” de Brasil, “R” de Rússia, “I” de Índia, “C” de China e em 2011 ganhou o “S” de África do Sul). Assim como os demais quatro países do grupo, o Brasil experimentou, no período compreendido entre os anos de 2004 e 2014, um crescimento da atividade econômica que o credenciou como país emergente². Isto se traduziu em uma mobilidade social, onde os estratos sociais situados em níveis mais baixos da pirâmide social migraram para a parte superior desta pirâmide. Essa “movimentação” das camadas sociais foi denominada de “A Nova Classe Média”. Essa definição (NERI, 2011), visa analisar e compreender o termo com base nos dados oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e, mais especificamente, a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios),

¹ Termo cunhado pelo então economista chefe do Banco de Investimento Goldman Sachs Jim O’Neal, que considerava que os BRICS seriam até 2050 o motor da economia global.

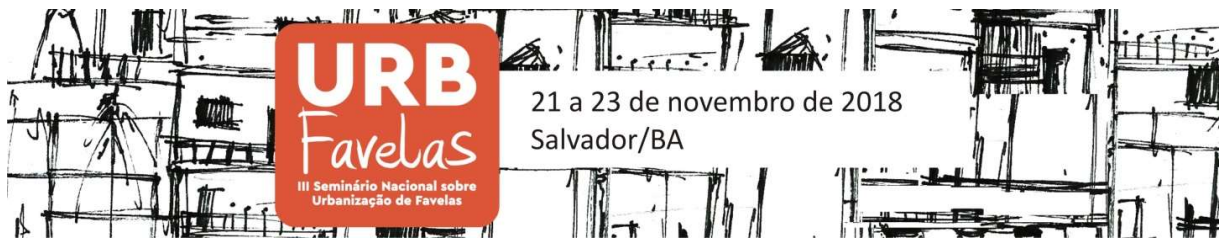
² Segundo o dicionário Michaelis ser emergente é: Que emerge, que nasce, que sai de um meio depois de o ter atravessado. Contudo, novas classificações feitas por empresas do mercado de capitais em 2015 dentre elas (Loomis, Sayles & Company) que levam em consideração na avaliação indicadores como: IDH, tamanho do mercado de ações, renda per capita, nota de crédito do país e PIB. E ainda de acordo com este estudo o Brasil tinha nota 4 em 2003 e em 2013 subiu para nota 6. Quanto mais próximo de 10 mais desenvolvido se encontra o país..



que produz dados sobre população, educação, trabalho, renda, dentre outros. A partir de estatísticas oficiais do IBGE e da Pnad, entre 2001 e 2009 (NERI, 2011) é possível afirmar que a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 12,8%, em termos acumulados, enquanto que a renda dos mais pobres cresceu 69,08% no mesmo período. Ainda segundo a mesma pesquisa, a desigualdade de renda no Brasil vem caindo desde 2001 – quadro que se reverteria a partir da recessão da atividade econômica, a partir de 2014. Porém, as transformações ocorridas na sociedade brasileira, durante cerca de dez anos, ocasionaram uma mudança nos perfis de consumo de setores como alimentação³ e vestuário. De acordo com recentes pesquisas (IBGE, 2010), a renda da população brasileira experimentou diversas variações ao longo do período citado. Variações que foram positivas e bastante significativas, para as classes de menor poder aquisitivo. Tão significativas a ponto de haver uma mobilidade social, capaz de alterar o desenho da pirâmide social brasileira, traduzindo um ganho de renda real que levou cerca de 30 milhões de pessoas a migrarem e ascenderem de uma classe social inferior, para uma classe social com maior poder aquisitivo. Entre 2005 e 2009 cerca de 26 milhões de pessoas saíram das classes “D” e “E”⁴ e foram para a classe “C”. Por sua vez, cerca de 4 milhões de pessoas migraram da classe “C” e foram para as classes “A” e “B”. No ano de 2010, confirma-se essa tendência e cerca de 12 milhões de pessoas atravessaram a barreira que segmenta as classes sociais e migraram para as classes “A” e “B”, fazendo com que, aproximadamente, 19 milhões de pessoas fossem para a classe “C”. Essa mobilidade social permitiu que famílias que, anteriormente, não dispunham de renda suficiente para a compra de produtos como: iogurte, refrigerantes, achocolatados e bens como automóveis e em especial a linha branca – geladeira, máquina de lavar e etc. – passassem a ter acesso a esses produtos, gerando, assim, uma transformação no perfil de consumo no país. Nessa configuração da “nova classe média”, além do aumento do poder de compra e da transformação do seu perfil, observa-se também que, esta parcela da população, detém a maior parcela de mercado consumidor brasileiro. Segundo

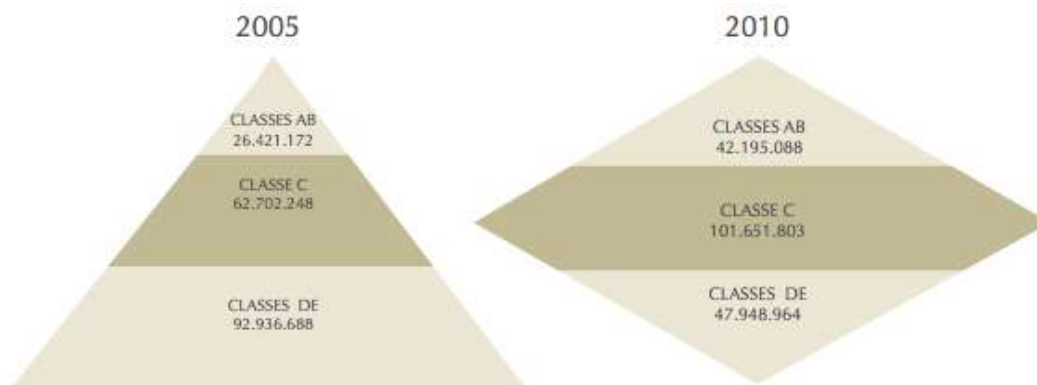
³ Pesquisa desenvolvida pela empresa Boston Consulting Group com o nome de: Mercados pouco explorados: Descobrimos a classe C, que em 2002 já apontava para a transformação no perfil do consumidor brasileiro em especial a Classe “C”.

⁴ As classificações das classes adotadas pelo Economista Marcelo Neri e utilizadas nesta pesquisa estão baseadas em dados do Censo 2010/IBGE.



recentes pesquisas⁵, o desenho da nova pirâmide social brasileira (CETELEM BGN, 2011) é similar a uma figura geométrica, como podemos observar abaixo (figura 1), definida como um losango:

Figura 1: Novo desenho social do Brasil após o crescimento da “Nova Classe Média”

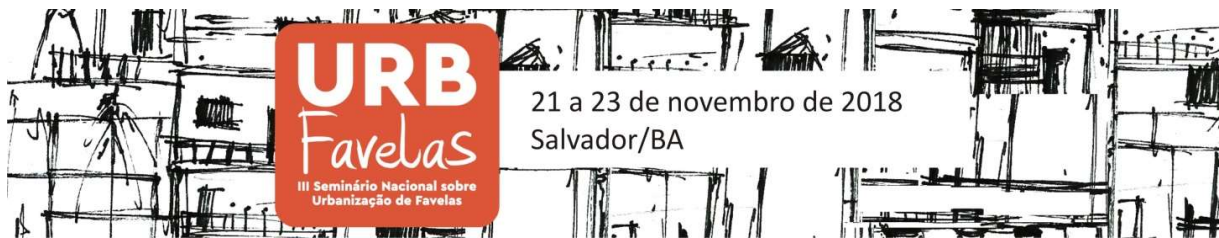


Fonte: Cetelem BGN / Ipsos, 2012

Por sua vez, nas favelas, diversos trabalhos⁶ indicam que, em cada 10 moradores, 9 possuem telefone celular. E a internet já é presença bastante comum nessas comunidades. Cerca de 80%, dos jovens entre 16 e 29 anos, estão conectados à rede mundial de computadores. Ainda segundo esses estudos, 50% dos lares possuem conexão com a internet. Outros dados interessantes sobre internet e conectividade nas favelas: 41% dos que possuem celular o utilizam para acessar a internet, ou seja, não acessam através de computadores de mesa, os chamados “desktops”, tampouco o fazem através de “notebooks”.

⁵ Relatório – O observador edição 2011 - A Pesquisa foi feita com base em 1.500 entrevistas, sendo o público entrevistado de 16 anos ou mais, representando 74% da população total. Foi feita em 70 cidades e dentre estas estão incluídas 9 regiões metropolitanas. A pesquisa foi encomendada pela Cetelem BGN, empresa do grupo financeiro BNP Paribas, à Ipsos Public Affairs e mostra que a classe média possuía em 2011, 101 milhões de pessoas.

⁶ Recente pesquisa, desenvolvida pela CUFA – Central Única das Favelas e em parceria com o Instituto Data Favela, realizada em 2013 realizada em 63 favelas na última semana de setembro nas Regiões Metropolitanas de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.



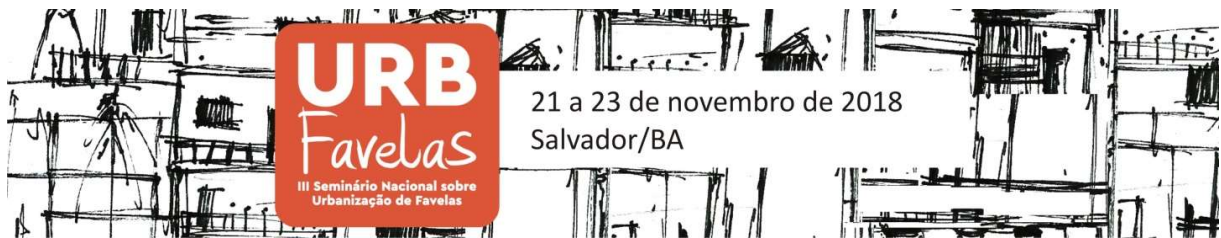
O perfil do novo consumidor se modificou sensivelmente durante o período apontado neste trabalho: novos produtos chegaram à mesa do consumidor brasileiro. Com o aumento da renda, produtos que antes não eram acessados devido ao seu alto custo, passaram a compor a mesa do brasileiro. Sobre essa nova situação a pesquisa desenvolvida pela Consultoria Nielsen⁷, nos revela que: “*O cliente de hoje prioriza gastos em serviços, gosta de vinho, whisky importado, praticidade e rejeita produtos genéricos ou gordurosos.*”. Contudo, este cenário de mobilidade social, foi colocado em risco com o agravamento da crise econômica, a partir de 2014, fazendo com que se observasse um retrocesso, no que diz respeito à oportunidades de emprego, distribuição de renda e consumo das famílias, bem como a retração do movimento de mobilidade social.

4 A CLASSE MÉDIA NAS FAVELAS

Há mais de dez anos era divulgado o relatório intitulado “O desafio das favelas”, elaborado em 2003 pelo Programa de Assentamentos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU-Habitat). Divulgava-se à época que cerca de 130 milhões de pessoas viviam em favelas. Ainda no início dos anos 2000, este mesmo relatório divulgava que, dos 527 milhões de habitantes da América Latina e do Caribe, mais de 127 milhões viviam em favelas. No Brasil contemporâneo, segundo últimas pesquisas (IBGE, 2010) cerca de 10 milhões de pessoas vivem em aglomerados subnormais⁸. A região sudeste detém a maior parcela desses chamados aglomerados subnormais, perfazendo um total de 49,8% - Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro respondem respectivamente com 23,2% e 19,1%. Na cidade do Rio de Janeiro, o maior aglomerado subnormal, segundo IBGE é a favela da Rocinha que conta com 69.161 moradores, vivendo em 23.352 domicílios (IBGE, 2010)

⁷ Pesquisa nacional apresentada em seminário no ano de 2012 sob título: “As tendências do mercado de consumo”. A pesquisa corroborou o que outras pesquisas já detectavam: A mudança no perfil de consumo da população Brasileira em função da “nova classe média”.

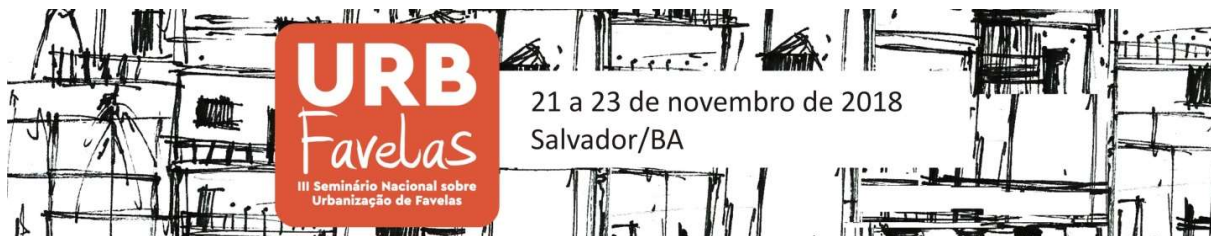
⁸ Segundo IBGE aglomerados subnormais é: É o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: -irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou-carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).



Nas cidades brasileiras, e também na cidade do Rio de Janeiro, a favela é produto de um modelo de desenvolvimento econômico marcado pela segregação socioespacial. A relação existente entre o Estado e a população favelada, durante os últimos cem anos, passou por diferentes cenários: negação, confronto, tolerância e aceitação – ainda que com restrições de alguns setores da sociedade – parecem expressar as diferentes etapas da postura do Estado diante das comunidades faveladas.

No início da década de 1980, no Rio de Janeiro, durante a gestão do Governador Leonel Brizola (1983/1987), iniciativas envolvendo políticas de regularização fundiária e de urbanização de assentamentos informais, traduziram a determinação de promover a integração entre favela e cidade oficial (LEITÃO, 2004, CAVALIERI, 1986), visando “transformar as favelas em bairros populares”. Posteriormente, durante o final da década de 1980 até meados da década de 1990, favelas foram objeto de programas de urbanização em várias cidades do país, como Rio de Janeiro, Diadema, Recife, Belo Horizonte, em um primeiro momento, e logo depois nas cidades de São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza, Goiânia e Salvador (MARICATO, 2003). Ainda segundo Maricato (2003), devem, nesse sentido, ser destacados os programas desenvolvidos na cidade do Rio de Janeiro – o Programa Favela- Bairro – e, em São Paulo, na cidade de Diadema, o Programa Projeto Integrar. Cabe ressaltar, ainda, por último, no âmbito de programas de urbanização de favelas, aquele desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo, entre 1989 e 1992 (ANDRADE, BONDUKI, ROSSETTO, 1993).

Estudos diversos (PRETECEILLE e VALLADARES, 2000; LEITÃO, 2004) chamam a atenção para a heterogeneidade que caracteriza a favela contemporânea, no que diz respeito à renda dos seus moradores. Esses estudos sinalizam que a favela não é mais, exclusivamente, o lugar dos pobres: observa-se, em maior ou menor escala, dependendo das características e porte desses assentamentos informais, uma diversidade de famílias com rendas que oscilam entre 0 a 10 salários mínimos (o segmento atendido pelo Programa Habitacional “Minha Casa, Minha Vida”). A diversidade de usos, o mercado imobiliário informal – no qual os valores praticados se assemelham, muitas vezes, aos da cidade dita oficial – e os padrões construtivos das moradias revelam essa diversidade. A favela da segunda década do século XXI, definitivamente, não é a mesma aonde o poeta Cartola viveu. Contudo, essa heterogeneidade da favela contemporânea



apresenta, como traço comum, um quadro predominante de precariedade das condições de habitabilidade da moradia – algo que poderia ser enfrentado com a implementação de programas de assessoria técnica, destinadas à promoção de melhorias nessas habitações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

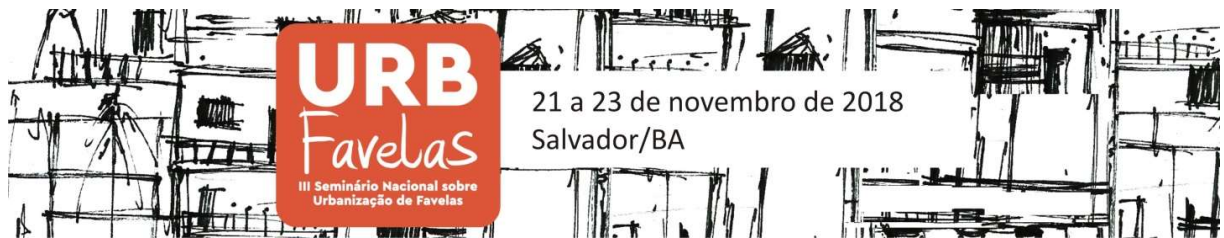
Durante os anos compreendidos entre 2004 e 2014, observou-se como já mencionado anteriormente, um aumento expressivo na renda das classes localizadas nos estratos mais baixos da pirâmide social brasileira, produzindo, desta forma, um movimento ascendente destas camadas. Contudo, ao analisarmos esses estratos apenas através da renda de forma a classificá-los em classes, como é feito atualmente, encontramos distorções, pois em recentes pesquisas⁹ observou-se que determinados grupos de moradores possuem renda compatível com chefes de família de outras classes mais altas, bem como suas moradias apresentavam padrões construtivos semelhantes àquelas de grupos de renda mais elevada.

O senso comum, de certa forma, nos apresenta a classe média como sendo o estrato¹⁰ da sociedade que possui bens de consumo duráveis como automóveis, ou ainda conjuntos completos de eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Ao mesmo tempo em que tivemos um aumento da renda das famílias, bem como uma transformação social com as mudanças de estrato social, observadas durante uma década (2004-2014), com o aumento do poder aquisitivo de parcelas significativas da população brasileira, não tivemos o desenvolvimento de projetos urbanos que efetivamente contribuíssem para a construção da cidadania e do bem-estar de parcela significativa da população da nossa

⁹ Pesquisas realizadas pela Universidade Estácio de Sá, no Morro do Estado em Niterói entre os anos de 2015 e 2017, procuravam estudar a relação entre o aumento da renda de seus moradores e as alterações realizadas em suas moradias. A pesquisa observou que em função do aumento da renda neste período dois tipos de investimentos, eram feitos pelos moradores nas suas residências. A primeira é a de que o morador investia na ampliação vertical ou horizontal de sua moradia de forma a produzir uma renda extra com o aluguel de cômodos. E em um segundo momento, o morador investia em melhores acabamentos de sua edificação, utilizando-se de materiais nobres que, de acordo com o senso comum, estariam sendo utilizados pelas classes altas. As duas pesquisas mostraram que, parte significativa de moradores do Morro do Estado, possuíam, além de bens de consumo que os elegiam como parte integrante da classe média, renda compatível e em alguns casos superiores à da classe média, alcançando, desta forma rendas superiores à classes altas.

¹⁰ A definição de estrato é utilizada de forma que obtenhamos um amplo espectro de possíveis entendimentos, tais como: Camadas Sociais ou subdivisões de uma amostra.

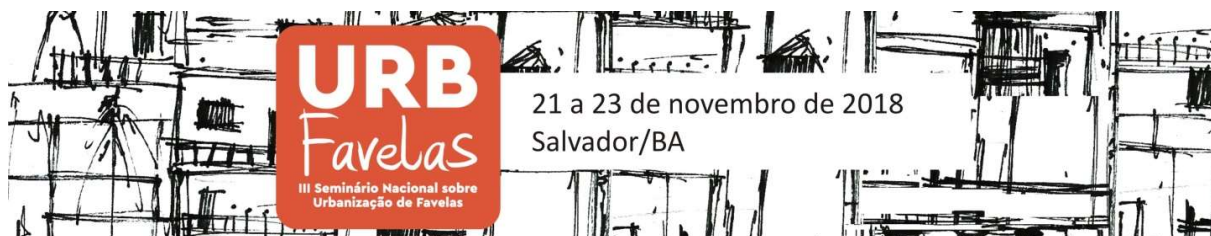


sociedade. Observa-se, nesse sentido, que o consumo de aparelhos eletrodomésticos chegou para os moradores de assentamentos informais, antes de que os necessários serviços de infraestrutura urbana tenham sido implantados.

Figuras 2,3,4 e 5: As necessárias intervenções nos espaços públicos e privado para promover a melhoria das condições gerais de habitabilidade.



Fonte: Rio das Pedras, 2018.

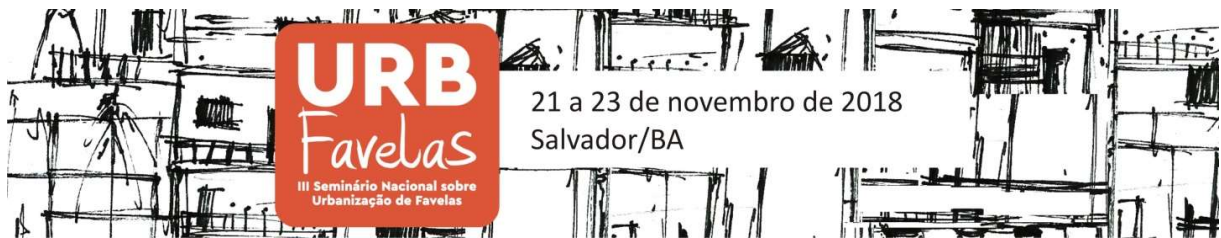


Cabe, nesse sentido, questionar se é adequado avaliar a qualidade de vida de nossa população através do acesso a bens de consumo diversos, viabilizados pela elevação da renda e pelo acesso a crédito, ou se pela efetiva disponibilidade de infraestrutura de saneamento, transporte público de qualidade e moradia com padrões mínimos de habitabilidade.

Ainda que, no caso da cidade do Rio de Janeiro, tenham ocorrido intervenções urbanísticas em assentamentos informais de maior porte, promovidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento – o chamado PAC FAVELAS -, em comunidades como a Rocinha e o Complexo do Alemão, verificou-se uma retração das ações realizadas pelo poder público municipal, com o abandono do programa denominado MORAR CARIOCA, que tinha a ambiciosa intenção de urbanizar todas as favelas cariocas, até 2020. Esse quadro de paralisia das intervenções de regularização fundiária e urbanística em assentamentos informais contribui para a manutenção de um quadro que compromete as condições da qualidade de vida do habitat nessas localidades.

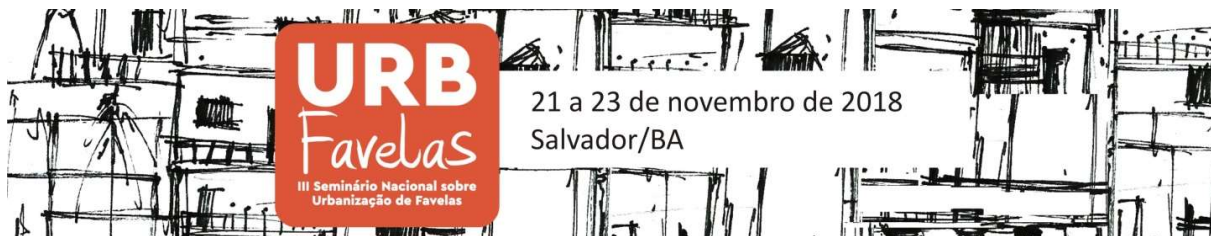
Acrescente-se a esse cenário, a inexistência de assessoria técnica na promoção de melhorias nos assentamentos informais, tal como proposto na lei federal nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008, contribuindo, assim, para o agravamento das condições de habitabilidade nessas comunidades apesar de reformas e ampliações possibilitadas pelo aumento da renda no período citado anteriormente. Trata-se, portanto de uma situação paradoxal, em que a elevação da renda, que permitiria ampliações e reformas nas moradias existentes, não se traduziu, efetivamente, em ganhos para esses moradores. Isso se dá pelo fato de que as práticas de construção dessas novas obras reproduziriam padrões usuais da produção da moradia na favela, sem a contribuição de profissionais de arquitetura e engenharia que poderiam, em diálogo com os moradores, apresentar soluções de menor custo e de maior racionalidade construtiva – evitando desta forma patologias diversas na edificação – e assegurando ainda melhores condições de conforto térmico.

Reconhecemos que a melhoria da qualidade da moradia nos assentamentos informais, não está associada exclusivamente as intervenções promovidas pelo morador no espaço privado, cabendo, também ao Estado promover as intervenções de regularização urbanística e fundiárias necessárias a assegurar condições adequadas de habitabilidade do ambiente

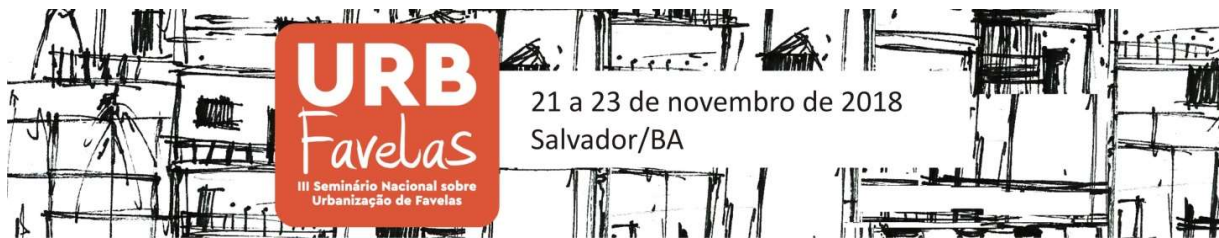


construído. Nesse sentido, consideramos que as intervenções na esfera privada da moradia – promovidas por ações de assistência técnica – tem um caráter complementar àquelas realizadas por programas de urbanização de assentamentos informais. Não acreditamos, portanto, na eficácia de ações de assistência técnica, voltadas para a promoção de melhorias habitacionais, em favelas onde não tenham ocorrido ações de urbanização, total e parcialmente, uma vez que tais ações poderiam, por exemplo, contribuir para a consolidação de situações inadequadas, como a ocupação de áreas de risco. Pensamos, ainda, que essas ações de assessoria técnica, para serem bem-sucedidas, devem prever metodologias que possibilitem a ampla discussão das intervenções a serem realizadas, com os moradores envolvidos, de modo a buscar soluções apropriadas às dinâmicas particulares de cada família, visando alcançar condições satisfatórias de habitabilidade. E, por último, consideramos que a participação multidisciplinar - assistentes sociais, apenas para citar um exemplo – na implementação de programas de assessoria técnica voltadas para a promoção de melhorias habitacionais algo absolutamente imprescindível para o sucesso dessas ações.

Acreditamos assim, que, em particular na cidade do Rio de Janeiro, a retomada do programa público de urbanização de favelas (nos moldes do que foi empreendido pelo Programa Favela-Bairro, nas décadas de 1990 e 2000), bem como a efetiva implementação de uma política pública de assistência técnica – envolvendo órgãos estaduais, municipais, e também Universidades públicas e privadas, o Instituto de Arquitetos do Brasil e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – poderão, mesmo em um cenário mais adverso, no que diz respeito ao cenário econômico, contribuir significativamente para elevação da qualidade daqueles que vivem em favela, mesmo reconhecendo que o quadro de violência decorrente da ação ostensiva do narcotráfico no cotidiano da população favelada constitua um desafio para ação do Estado e outros agentes nessas comunidades. Podemos, ainda, especular que o desinteresse de gestores públicos pelo desenvolvimento de programas de assistência técnica em favelas se deveria ao fato de ações desse tipo terem visibilidade política reduzida, apesar do seu alcance social – intervenções na moradia contribuem para melhores condições de iluminação, ventilação, insolação, possibilitando, assim a redução de doenças respiratórias e alérgicas, como apontado por vários profissionais da área da Saúde Pública.



Concluindo, consideramos que, paradoxalmente, a elevação da renda da população que vive nos assentamentos informais, durante o período apontado neste trabalho, por si só não foi suficiente para promover um ganho significativo de qualidade nos patamares de habitabilidade das moradias existentes nessas comunidades, o que só será alcançado, insistimos, com ações nas esferas pública e privada desses assentamentos, construindo, assim, um melhor *habitat*.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos R. Monteiro de, BONDUKI, Nabil Georges e ROSSETTO, Rossella (organização). **Arquitetura & Habitação Social em São Paulo 1989 – 1992**, Edusp. São Paulo, 1993.

BRASIL. Decreto Lei n 11.888 de 24 de dezembro 2008. **Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111888.htm> Acesso em: 12 junho. 2018.

CAVALLIERI, F. **Favelas Cariocas: Mudanças na Infraestrutura**. In: 4 Estudos, IPLANRIO. Rio de Janeiro, 1986.

FRANÇA, B. H. **Nova classe média ou novo proletariado?** São Paulo em Perspectiva, jan. /Mar, p. 45-51. São Paulo, 1994.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1981.

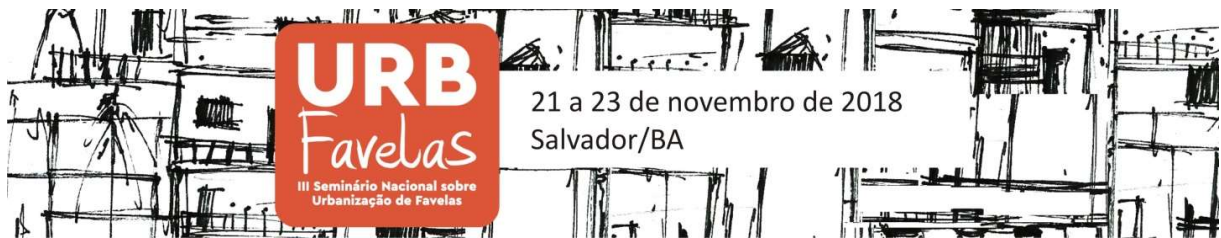
LEITÃO, Gerônimo, - **Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: Uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos**. (Tese de Doutorado) UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

MARICATO, Ermínia - **Conhecer a cidade ilegal**. In: CASTRIOTA, L.B. (org.) **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. p. 78-96, Editora Arte. Belo Horizonte, 2003.

MILLS, W.C. – **A nova Classe média**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

NERI, Marcelo. **A nova Classe Média – O lado brilhante da base da pirâmide**. Editora Saraiva. S.P. São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, J. R. *et al.* **A emergência da nova Classe média e suas implicações na utilização de materiais nas residências nas favelas fluminenses: Um estudo de caso no Morro do**



Estado. Anais do IX Seminário de Pesquisa da Estácio. ISSN 2316-4247. Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design – Universidade Estácio de Sá. Niterói, 2017.

_____. *et al.* **Análise da qualidade da moradia nas favelas fluminenses: Enfoque na autoprodução da nova classe média no Morro do Estado.** Anais do VIII Seminário de Pesquisa da Estácio. ISSN 2316-4247. Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design – Universidade Estácio de Sá. Niterói, 2015.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da nova Estratificação Social no País.** Editora Cortez. São Paulo, 2006.

_____, **O mito da Classe Média. Capitalismo e estrutura social.** Editora Boitempo. São Paulo. 2014

PRADO, Júnior Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** Livraria Martins editora. São Paulo- 1942.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. (p. 459 – 487) In **Desigualdade e Pobreza no Brasil.** HENRIQUE, Ricardo (org.). IPEA. Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 2ª edição. Editora HUCITEC, São Paulo. 1994

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro.** Editora Zahar. Rio de Janeiro. 1981.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com.** Editora FGV, Rio de Janeiro. 2005.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** Companhia das letras. São Paulo, 2004.

ARTIGO E /OU MATÉRIA EM MEIO ELETRÔNICO

BBC NEWS BRAZIL. **Novo método para classificação de países acaba com conceito de emergentes.** Rio de janeiro. 2018. Disponível em: <



<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150814_economia_paises_hb> Acesso em: 03 de junho de 2018.

DATA FAVELA. **Radiografia das favelas brasileiras.** Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: < <https://www.mundodomarketing.com.br/ultimas-noticias/29195/radiografia-das-favelas-brasileiras.html> > Acesso em : 28 de fevereiro de 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostragem de domicílios.** 2010. Rio de Janeiro 2018. Disponível em: < https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40> Acesso em : 10 de dezembro de 2016.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro. 2018. Disponível em:< <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/emergente/>> Acesso em: 03 de junho de 2018.

REVISTA FATOR BRASIL. **Observador Brasil.** Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: < http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=196889 > Acesso em: 28 de fevereiro de 2018.